

1  
2 **Ata da 1ª Reunião Extraordinária do Comitê de Bacias Hidrográfica do Rio Paraíba-CBH-**  
3 **PB, do ano de 2023.**

4 No dia treze de setembro do ano de dois mil e vinte e três, às 9h30min, no Auditório do Centro de  
5 Extensão José Farias Nóbrega (Entrada principal da UFCG), situado na Av. Aprígio Veloso, 882 -  
6 Bairro Universitário (Auditório vizinho à quadra de esportes), Campina Grande/PB, para deliberar  
7 sobre a seguinte pauta: **1. Abertura da reunião; 2. Informes da Diretoria do CBH-PB; 3.**  
8 **Leitura e Aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária de 2023; 4. Apresentação da Proposta**  
9 **para Revisão dos Valores e isenções pelo Uso da Água Bruta (AESAs); 5. Palavra facultada;**  
10 **6. Encerramento.** Após a verificação de quórum, o Sr. Valdemir Azevedo Pereira (Presidente  
11 do CBH-PB) convidou o Sr. Porfírio Catão Cartaxo Loureiro – Diretor Presidente da AESA  
12 para compor a mesa, na sequência, saudou a todos, desejou boa reunião e passou ao item 2 -  
13 Informes da Diretoria do CBH-PB – perguntou se havia algum informe da diretoria, como não  
14 houve informes, seguiu-se ao item **3. Leitura e Aprovação da Ata da 1ª Reunião Ordinária de**  
15 **2023, o Presidente** perguntou a plenária se todos tinham lido a Ata que foi enviada, previamente,  
16 por e-mail ou se queriam que fosse lida, a maioria opinou pela leitura da Ata, apesar de extensa  
17 (nove laudas). O Sr. Valdemir (Presidente) convidou o Sr. Talles Chateaubriand (2º Secretário)  
18 para fazer a leitura da Ata e na sequência perguntou a plenária se a Ata retratava o que aconteceu  
19 na reunião anterior. O Sr. Paulo Tavares Muniz Filho, solicitou a correção, na linha 261, porque  
20 ele não esteve presente naquela reunião, o Sr. Valdemir (Presidente) perguntou se mais alguém  
21 teria alguma contribuição. O Sr. Cláudio Brandão Costa (Vice-Presidente) disse que não é  
22 costume, ter intervenção nas leituras de Atas, mas isso é normal e salutar, a Ata é um registro do  
23 que foi tratado na reunião. Quando se coloca para aprovação, é o momento de concordar com o teor  
24 ou acrescentar alguma fala que não foi registrado. Discordaram que o Brasil é o País que tem uma  
25 agricultura mais sustentável do mundo, o Sr. Cláudio Brandão disse que a fala foi baseado num  
26 recorte da EMBRAPA e da NASA de 06/06/2022 que foi apresentado num congresso em relação  
27 aos gases do efeito estufa, passando a Argentina, Canadá, França e Índia e etc. Outra situação é o  
28 IPEA que em 2022, um estudo diz que o Brasil é o País mais sustentável do mundo. O Sr. Waldemir  
29 (Presidente) disse que a ata será remetida para as correções e passou a palavra para o Sr. Porfírio  
30 Catão Cartaxo Loureiro – Diretor Presidente da AESA, que saudou a todos, disse que era um  
31 prazer está ali na base do sistema de Recursos Hídricos, onde surge os conflitos e soluções para que  
32 seja feita uma gestão de melhor qualidade, disse que estava ali presente o Sr. Waldemir Fernandes  
33 Azevedo Diretor da AESA e Presidente da Comissão de Alocação de Água e que vai convocar  
34 uma reunião para a alocação de água do Sistema Hídrico de Acauã que acontecerá dia 21/09/2023  
35 em Mogeiro, e também convidou todos para participarem no dia 15 do Fórum Celso Furtado, no  
36 auditório do Tribunal de Contas do Estado, João Pessoa PB, que vai tratar exclusivamente sobre a  
37 Transposição do rio São Francisco, tema importantíssimo para ao Comitê do Rio Paraíba, por ser  
38 uma Bacia beneficiada pelo Rio São Francisco, a primeira a ser beneficiada com a chegada das  
39 águas em 2017, pelo eixo leste e devido a várias interferências que o Estado da Paraíba está fazendo  
40 para utilizar essas águas do São Francisco, o torna muito importante para esta Bacia. Informou que  
41 já foi concluído o processo da licitação da atualização do Plano de Bacia do Rio Paraíba. Na  
42 próxima semana a Empresa vai assinar a ordem de serviço, o Sr. Waldemir Fernandes Azevedo  
43 é o Gestor desse Contrato e é muito importante a participação maciça deste Comitê nessa elaboração

44 da atualização do Plano de Bacia do Rio Paraíba. Próxima semana vai acontecer duas audiências  
45 públicas das bacias do Litoral Norte e Litoral Sul, onde serão apresentados o resumo final aos  
46 Comitês, depois vai para a Câmara Técnica do CERH. Então os instrumentos de recursos hídricos  
47 estão sendo renovado. O importante desse Plano é a participação do Comitê. Se o Comitê não se  
48 envolver na elaboração o Plano sai de acordo com a empresa que foi contratada. Quanto mais  
49 pessoas opinar, mais correto sairá esse Plano. Essa Alocação do dia 21/09/2023 é muito importante  
50 porque vai ser colocado a liberação da água para o primeiro trecho do canal Acauã Araçagi. Todo  
51 o canal está automatizado, abertura, fechamento e fiscalização. Será disponibilizado o primeiro lote  
52 na Alocação dia 21/09/2023 e espera-se a inauguração do segundo lote até o final de 2023 e já  
53 acrescentar mais 48km somando-se quase 90 km de canal podendo fazer uso dessa água, de  
54 Monteiro até a barragem de Itabaiana tem 1.535 usuários de água só no eixo leste, no eixo norte  
55 tem mais 2.300 usuários. Finaliza a fala dizendo que aprendeu a gestão de recursos hídricos com  
56 os Comitês, a quem os parabeniza pela atuação. O **Sr. Waldemir (Presidente)** com relação a  
57 reunião do dia 21/09/2023 sobre a Alocação de Água do Sistema Hídrico de Acauã, lamentou a  
58 ausência da CAGEPA. A reunião é para saber quanto vai tirar de água para 2024. Se faltar água  
59 dificilmente o Comitê vai concordar com a abertura de comporta. O **Sr. Cláudio Brandão**  
60 perguntou sobre esses 47 km de canal, que vai abrir essa água, mas se não houver recarga em Acauã  
61 e vai abrir esse canal automaticamente, essa água sai do São Francisco que vem de Boqueirão para  
62 Acauã. Como vai ser essa logística se amanhã faltar água, vai ser abastecido pelo São Francisco,  
63 que passa por Boqueirão para abertura. O **Sr. Porfírio** disse que isso será decidido na Alocação.  
64 quem decide é o próprio usuário, a AESA como órgão técnico mostra a realidade, ou seja, a situação  
65 técnica do reservatório. O Reservatório hoje tem cento e setenta milhões de metros cúbicos, a  
66 transposição não é para ficar em Boqueirão, é para chegar até Itabaiana, é um sistema completo.  
67 Hoje de Monteiro até Itabaiana são 360 km que está integrado. Na Alocação água é onde vai ser  
68 definido. Este ano já foi feito mais de 20 Alocações de água. Só dois estados fazem alocação de  
69 água (Paraíba e Ceará). A partir dessas Alocações está sendo construído o Marco Regulatório de  
70 cada sistema hídrico. A AESA vai colocar como está aquele sistema hídrico, e quem vai decidir o  
71 que vai ser liberado a jusante, a montante e para o canal é a Alocação de Água. Por isso o  
72 chamamento do Presidente do Comitê é importante, a CAGEPA, maior usuário em termo de  
73 abastecimento público, não pode faltar a uma reunião dessa. A Alocação gera uma resolução e a  
74 AESA outorga a partir dessa Resolução. Quem convoca a Alocação é o Comitê. A AESA solicitou  
75 ao Comitê que fizesse essa convocação, porque a gestão na Lei 9.433, tem que ser compartilhada,  
76 não pode vir de cima para baixo, a AESA vai apresentar o cenário para o ano de 2024 (tantas  
77 outorgas para irrigação, tantas abastecimento rural, tantas para carcinicultura e etc.), pode ser que  
78 a simulação seja falha porque tem algum usuário invisível ou seja, usa água sem outorga. A  
79 Alocação que vai decidir quanto deve ser liberada a jusante e a montante. Está sendo criada uma  
80 subgerência de Alocação e Marco Regulatório. Muitas pessoas que não vão as reuniões de  
81 Alocação, acionam o Ministério Público e o MP demanda a AESA e apresentamos o Termo da  
82 Alocação e na mesma hora o Ministério Público aceita, porque foi decidido pela sociedade.  
83 Agradece o espaço e a AESA está sempre à disposição. O **Sr. Waldemir (Presidente)** disse que se  
84 está diante de uma grande construção não era costume ler a ata, ao ser feito a leitura, hoje, gerou  
85 discussões, apesar de ser uma minuta, enviada previamente para que cada membro possa fazer sua  
86 contribuição. Outro ponto, são as Alocações, que foi feito um trabalho bem feito onde se discutiu

87 o dia todo em Boqueirão e o fato de a CAGEPA não ter participado ficou um pouco complicado,  
88 porque está previsto entrar em abastecimento em algumas cidades que já foi construído suas  
89 adutoras e não foi solicitado água para lá. Vai ser muito difícil mudar isso, porque as Comissões de  
90 Alocação estão firme nesta questão. Nesse Plano de Bacia o CBH-PB sugere a construção de 10  
91 barragens em Itabaiana, com o objetivo de sustentar mais a água. O Sr. Waldemir Diretor da AESA  
92 vai fazer a apresentação e a discussão será posterior, e passou ao **item 4. Apresentação da**  
93 **Proposta para Revisão dos Valores e isenções pelo Uso da Água Bruta, o Sr. Waldemir**  
94 **Fernandes Azevedo – Diretor de Gestão e Apoio Estratégico da AESA** – Iniciou dizendo que o  
95 Comitê representa todos os usuários de Recursos Hídricos da bacia e representante de uma  
96 categoria. A Alocação é aberta para quem quiser participar e cabe a cada membro convidar a  
97 Comunidade. Iniciando a apresentação foi encaminhado para a AESA duas propostas para que fosse  
98 analisada pelos Comitês e pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH de instrumento  
99 de gestão, que a cobrança é instrumento de gestão. A lei que instituiu a cobrança na Paraíba é de  
100 2012, e foi organizado em 2008, ou seja, há 15 anos permanece com a mesma estrutura e mesmo  
101 valor. No ENCOB teve um participante que foi contra o Espírito Santo sediar o próximo ENCOB  
102 porque lá não tem cobrança pelo o uso da água. Sobre a revisão, diz no art. 1º Fica estabelecida a  
103 cobrança pelo uso da água bruta de domínio do Estado da Paraíba, a partir da publicação deste  
104 Decreto. Parágrafo único. O sistema de cobrança indicado no caput deste artigo deverá ser revisado  
105 a cada 03 (três) anos. Realização de estudo socioeconômico dos usuários com o levantamento  
106 econômico financeiro para definição de valor justo: Atualização Monetária: Atualização de um  
107 valor por um índice financeiro com juros. Atualização de R\$ 1,00 de 01 de janeiro-2013 a  
108 31/12/2022 pelo índice INPC, com juros composto de 0,000% ao mês: Valor original R\$ 1,00; valor  
109 atualizado pelo índice R\$ 1,79; valor atualizado pelo índice, com juros R\$ 1,79. Memória de  
110 cálculo: Variação do INPC entre 01/01/2013 e 31/12/2022, em percentual: 79,27435%, em fator de  
111 multiplicação: 1,792745. VALORES ATUAIS Art. 4º Serão cobrados dos usuários pelo uso da  
112 água bruta os seguintes valores: I – para irrigação e outros usos agropecuários: c) R\$ 0,005 por  
113 metro cúbico, no terceiro ano de aplicação da cobrança; II – R\$ 0,005 por metro cúbico, para uso  
114 em piscicultura intensiva e carcinicultura; III – R\$ 0,012 por metro cúbico, para abastecimento  
115 público; IV – R\$ 0,012 por metro cúbico, para uso pelo setor do comércio; V – R\$ 0,012 por metro  
116 cúbico, para lançamento de esgotos e demais efluentes; VI – R\$ 0,015 por metro cúbico, para uso  
117 na indústria; VII – R\$ 0,005 por metro cúbico, para uso na agroindústria. Valores Propostos com  
118 Aplicação da Variação do Índice INPC - Art. 4º Serão Cobrados dos usuários pelo uso da água  
119 bruta os seguintes valores: I – R\$ 0,009 por metro cúbico, para irrigação e outros usos  
120 agropecuários; II – R\$ 0,009 por metro cúbico, para uso em piscicultura intensiva e carcinicultura;  
121 III – R\$ 0,021 por metro cúbico, para abastecimento público; IV – R\$ 0,021 por metro cúbico, par  
122 uso pelo setor do comércio; V – R\$ 0,021 por metro cúbico, para lançamento de esgotos e demais  
123 afluentes; VI – R\$ 0,027 por metro cúbico, para uso na indústria; VII – R\$ 0,009 por metro cúbico,  
124 para uso na agroindústria (alguns valores foram arredondados em função da aplicação de 3 casas  
125 decimais). **Segunda Apresentação:** Na Lei nº 9.433/97 – Lei das Águas, diz no Art. 12. Estão  
126 sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos: § 1º  
127 Independem de outorga pelo Poder Público, conforme definido em regulamento: I - o uso de  
128 recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais,  
129 distribuídos no meio rural; II - as derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes;

130 III - as acumulações de volumes de água consideradas insignificantes. O Decreto nº 33.613, de 14  
131 de dezembro 2012- Regulamenta a cobrança pelo uso da água bruta de domínio do Estado da  
132 Paraíba, art. 3º Estarão sujeitos à cobrança pelo uso da água bruta de domínio do Estado da Paraíba,  
133 os seguintes usos: I – as derivações ou captações de água por concessionária encarregada pela  
134 prestação de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário e por outras  
135 entidades responsáveis pela administração de sistemas de abastecimento de água, cujo somatório  
136 das demandas, em manancial único ou separado, registradas nas respectivas outorgas, seja igual ou  
137 superior a duzentos mil metros cúbicos por ano; (aqui beneficia a Companhia de água). II – as  
138 derivações ou captações de água por indústria, para utilização como insumo de processo produtivo,  
139 cujo somatório das demandas, em manancial único ou separado, registradas nas respectivas  
140 outorgas, seja igual ou superior a duzentos mil metros cúbicos por ano; (aqui beneficia a indústria).  
141 III – as derivações ou captações de água para uso agropecuário, por empresa ou produtor rural, cujo  
142 somatório das demandas, em manancial único ou separado, registradas nas respectivas outorgas,  
143 seja igual ou superior ao valor do volume anual mínimo, estabelecido para as seguintes bacias  
144 hidrográficas: a) do Litoral Sul: 1.500.000m<sup>3</sup>; b) do rio Paraíba: 350.000m<sup>3</sup>; c) do Litoral Norte:  
145 350.000m<sup>3</sup>; d) sem comitê instituído: 350.000m<sup>3</sup>. A AESA entende que esse benefício concedido  
146 na época é da implantação do regime de cobrança então a Proposta da AESA é que fosse reduzido  
147 o valor de 350.000.m<sup>3</sup>, para 300.000m<sup>3</sup> do valor dessas isenções, se pediu ao CBH-LS, que o caos  
148 que eles haviam legislado na época e que também foi aprovado pelo CERH, fosse reduzido e ficasse  
149 um patamar só em todos os Comitê do Estado e o CBH-LS já deliberou a proposta para a redução  
150 de 1.500.000 m<sup>3</sup>, para 300.000. Aqui está sendo proposto exatamente isso, que seja reduzido para  
151 300.000m<sup>3</sup>, a partir da publicação do Decreto e ano a ano ele vai diminuindo 100.000m<sup>3</sup>, até zerar  
152 e ficar sem isenção nenhuma, ficando apenas para os usos insignificantes, como já diz a Lei e como  
153 já foi deliberado para o Estado da Paraíba que é considerado uso insignificante 2m<sup>3</sup> por hora, o que  
154 já dá um certo volume. A Proposta de redação seria tirar os 200.000m<sup>3</sup> do inciso primeiro, os  
155 200.000m<sup>3</sup> do inciso segundo e passando a ser 300.000.m<sup>3</sup>, em todo os Comitês e que esse valor  
156 será deduzido a cada ano a partir da data do Decreto em 100.000m<sup>3</sup> e após os três anos, senta-se a  
157 AESA com os Comitês para conversar novamente para análise e ajuste aumentar ou reduzir o uso  
158 insignificante. O **Prof. Tarcísio** disse que é novo no Comitê, viu esses valores 200.000m<sup>3</sup> por ano,  
159 isso seria suficiente para abastecer uma população de 6.500 pessoas, dos valores do uso percapta,  
160 não está um valor super estimado esse número, ou esse valor foi tirado de alguma lei federal, ou  
161 estabelecido aqui. Sr. Waldemir disse que a proposta dos valores de água foi um estudo de 2008,  
162 mas a Proposta de Cobrança começou com a Lei Federal 9.433/1997. Foi trabalhado esses valores  
163 para se criar uma consciência da necessidade de pagar. Aqui no Estado quando foi feito a análise  
164 do preço da água que é cobrado para o saneamento é 0,00012, ou seja, doze centésimo de centavos  
165 e o próprio Estado da Paraíba vai ter que pagar 31 centavos para o São Francisco. A **Sra. Maria**  
166 **Betânia (Gerente de Cobrança da AESA)** com relação ao item I que seria a CAGEPA reforçando  
167 a questão da isenção de 200.000m<sup>3</sup> ou as empresas como é o caso de Santa Rita ou as Prefeituras  
168 que fazem o abastecimento no lugar da CAGEPA, todas elas já pagam, nenhum é isento. Todo o  
169 abastecimento público do Estado com a soma das outorgas dá um valor bem superior, 200.000m<sup>3</sup> é  
170 um valor bem abaixo. Derrubar essa isenção a gente já se enquadra: a CAGEPA, Prefeituras e a  
171 ANE de Santa Rita, todas já pagam é questão de milhões de metros cúbicos. A questão do ítem II,  
172 acabar com a isenção das indústrias elas só se enquadram quando a captação é feita 100% como

173 insumo, para poupa de fruta (processo produtivo) mas 98% utiliza para limpeza e outros usos, então  
174 é cobrado todo. No CBH-LS foi apresentado o material para ver o que ia impactar dos usuários de  
175 água para o uso de irrigação, foi reduzido de 500.000m<sup>3</sup> para 300.000m<sup>3</sup>e já foi feito para o resto  
176 do Estado dos irrigantes outorgado nenhum se enquadraria de 350. 000m<sup>3</sup> a 50.000m<sup>3</sup>, os usuários  
177 pagadores são as usinas para irrigantes e algumas pessoas, para plantação e para as indústrias. Os  
178 pequenos irrigantes é em torno de 20 000m<sup>3</sup> a 30.000m<sup>3</sup>. **O Sr. João representante da FAEPA**  
179 disse que provavelmente em 2008 não foi feito uma distinção em termo de carcinicultura, o que  
180 seria produção primária e agroindústria, provavelmente a carcinicultura foi classificada inteira  
181 como agroindústria. Já que está sendo feito uma proposta de redação poderia ter um critério para  
182 diferenciar o que seria agroindústria de carcinicultura e a produção de carcinicultura como setor  
183 primário, como produção rural. **O Sr. Waldemir Fernandes Azevedo** disse que isso é uma questão  
184 de entendimento. A proposta da AESA de reduzir essa isenção é para 300.000m<sup>3</sup>. Foi falado  
185 também que essa proposta não vai alterar nada porque a isenção de 200.000m<sup>3</sup> não abrange  
186 ninguém, a CAGEPA e os órgãos particulares de água já pagam, vão continuar pagando da mesma  
187 forma, não vai entrar ninguém na questão do abastecimento humano. Na questão da agropecuária  
188 pelo levantamento que Betânia fez, reduzir de 350.000m<sup>3</sup> para 300.000m<sup>3</sup>, também não vai entrar  
189 ninguém, ou seja, não vai alterar nada, nenhum produtor a mais que vá pagar pela cobrança do uso.  
190 Esse Decreto não acrescenta ninguém. **O Sr. Cláudio Brandão** resumindo disse que se vai decidir  
191 só o valor a ser cobrado. **O Sr. Alberto Mares de Salgado de São Felix** com relação a fala de André  
192 Jansen é muito importante, a proposta de reduzir de 350.000m<sup>3</sup> para 300.000m<sup>3</sup>, não somos afetados  
193 porque não somos empresas de água nem tão pouco somos industrias. Estamos aqui porque  
194 acreditamos numa palavra que André que somos produtor rural e pelo que Betânia falou de  
195 350.000m<sup>3</sup> para 300.000m<sup>3</sup>, então só irrigante que vai ter direito. Quando baixar quem vai ser  
196 beneficiado. **O Sr. Waldemir Fernandes Azevedo** disse que está sendo feito uma proposta, se  
197 alguém quiser ter algum benefício, faça uma exposição de motivo e encaminhe para o Comitê e  
198 peça para ser discutido. A AESA está fazendo uma Proposta e pedindo para que o Comitê discuta.  
199 **O Sr. André Jansen** para encerrar disse que deu entrada numa outorga de uso de água, ontem, foi  
200 R\$ 1.200.00 (hum mil e duzentos reais), se quem vai determinar o que é produtor rural é o Comitê.  
201 **O Sr. Waldemir Azevedo** disse que isso quem vai decidir é o CERH ele apenas está apresentando  
202 a proposta. **O Sr. Alexandre Maciel Guerra** esclareceu ao CBH-PB que no Comitê do Litoral Sul,  
203 não passou a redução dessa proposta de 300.000 m<sup>3</sup> para 200.000m<sup>3</sup>, ficou travado em 300.000m<sup>3</sup>  
204 e no Litoral Norte essa proposta não passou também vai ser reavaliada. **O Sr. Waldemir Fernandes**  
205 **Azevedo** disse que o Comitê é quem vai analisar a proposta e apresentar um resultado e se precisar,  
206 ele vem novamente fazer a apresentação. **A Sra. Betânia** informou que a AESA vai fazer um estudo  
207 para aprimoramento da Cobrança, no final do estudo a AESA vai receber dois produtos:  
208 aprimoramento do sistema de cobrança e a sustentabilidade do sistema de recursos hídricos, neste  
209 Comitê, já tem duas pessoas no grupo técnico – **O Sr. Valdemir Azevedo Pereira (Presidente) e**  
210 **Raissa Tavares (Prefeitura de Cabedelo)**. Está sendo trabalhado o Plano de Trabalho, dentro  
211 desse estudo vai ter algumas oficinas setoriais onde o Comitê pode participar para junto com a  
212 empresa ganhadora debater e colocar suas particularidades, vai passar pelos Comitês e depois no  
213 CERH. **O Sr. Valdemir (Presidente)** sobre a informação da **Sra. Betânia**, teve a primeira reunião  
214 e ele não pode participar porque coincidiu com a Alocação de Boqueirão. Quanto ao Grupo de  
215 acompanhamento é preciso que se passe primeiro pelo Comitê para poder discutir o que se faria

nessa reunião de hoje, porque se vai chegar a uma discussão grande e vai esgotar todas as questões, querem discutir hoje que se está passando por cima de coisas que não se sabe ainda e não levou a discussão. Acha que tem que esperar o grupo técnico e esse trabalho que está sendo feito também o estudo, por essa empresa contratada. Se precisa dessas duas coisas para poder esgotar o assunto. O Sr. **Waldemir Fernandes Azevedo** respondendo a duas questões - o Banco Mundial quando nas tratativas do empréstimo ao Estado da Paraíba ele colocou as ações que deveriam ser feitas, a auto sustentabilidade do Sistema de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado, com base no princípio de que a água tem valor econômico e o valor pago pela água tem que ser o valor para o sistema como todo, se sustentar. Isso foi feito em vários Estados (RN, RJ, BH, MG e etc.), no Ceará o sistema é diferente, são vários órgãos juntos e eles conseguem se manter e ainda tem Recursos Hídricos. Mas a proposta do Banco Mundial com base em outros países é que se consiga fazer gestão com o dinheiro da água. Essa Água em canto nenhum foi aplicada por conta do valor que vai para a água que é um negócio sul realista em relação a realidade nossa. Por imposição do Banco Mundial se está com esse projeto em andamento, que tem a participação dos Comitês de Bacias, o que é diferente do que se está tentando discutir aqui, até mesmo o valor da água que vai chegar lá, com certeza vai ser algo astronômico do que é aplicado e na próxima proposta de reajuste que será apresentada a seguir vocês vão ver o porquê dessa propositura. A AESA está apresentando a proposta e o Comitê que vai decidir se aceita ou não. O Sr. **André Jansen** disse que se é para isentar irrigação, agricultura, agropecuária, produtor rural, o produtor de camarão, de peixe, mexilhão, jacaré, coelho e etc. também tem direito. O Sr. **Waldemir Fernandes Azevedo** disse que o Comitê pode solicitar essa inclusão. A **Lei nº 6.308, de 02 de julho de 1996-** “Institui a Política Estadual de Recursos Hídricos, Suas Diretrizes e dá Outras Providências” Art. 2º A Política Estadual de Recursos Hídricos visa assegurar o uso integrado e racional desses recursos, para a promoção do desenvolvimento e do bem estar da população do Estado da Paraíba, baseada nos seguintes princípios: II - Os recursos hídricos são um bem público, de valor econômico, cuja utilização deve ser tarifada. III - A bacia hidrográfica é uma unidade básica físico-territorial de planejamento e gerenciamento dos Recursos Hídricos. O que se pede é um ajuste para que não haja discrepância. Sobre a revisão, o art. 1º Fica estabelecida a cobrança pelo uso da água bruta de domínio do Estado da Paraíba, a partir da publicação deste Decreto (33.613). Parágrafo único. O sistema de cobrança indicado no caput deste artigo deverá ser revisado a cada 03 (três) anos. O gestor público tem a obrigação de fazer a revisão e tem duas formas: realização de estudo socioeconômico dos usuários com o levantamento econômico financeiro para definição de preço; em algumas questões, pode até fazer levantamento individualizado econômico, ou no caso, se aplicou o que, uma atualização monetária, do que o gestor, essa atualização se chegou a um percentual de 80 a 90%. A atualização com base no INPC do período dezembro 2013 a 2022. Pela atualização os valores atuais - art. 4º Serão cobrados dos usuários pelo uso da água bruta os seguintes valores: I – para irrigação e outros usos agropecuários: c) R\$ 0,005 centavos por metro cúbico, no terceiro ano de aplicação da cobrança; II – R\$ 0,005 centavos por metro cúbico, para uso em piscicultura intensiva e carcinicultura; III – R\$ 0,012 centavos por metro cúbico, para abastecimento público; IV – R\$ 0,012 centavos por metro cúbico, para uso pelo setor do comércio; V – R\$ 0,012 centavos por metro cúbico, para lançamento de esgotos e demais efluentes; VI – R\$ 0,015 centavos por metro cúbico, para uso na indústria; VII – R\$ 0,005 centavos por metro cúbico, para uso na agroindústria. Com base naquele percentual, se não tiver correto será feito uma

259 checagem e colocar os valores certinhos e o gestor público que tem a obrigação de por três anos  
260 promover a revisão, os gestores anteriores não propuseram revisão, mas o gestor atual disse vou  
261 fazer a revisão e submeter aos Comitês eles podem dizer sim ou não. Essa atualização poderia ser  
262 direta no CERH ou pelo órgão gestor. O Sistema Nacional de Recursos Hídricos diz quais são os  
263 órgãos que fazer parte desse sistema. O CNRH que é o órgão maior do Sistema Nacional de  
264 Gerenciamento de Recursos Hídricos já baixou uma resolução dizendo que as tarifas de preço  
265 cobrado pela a água bruta poderia ser reajustada pela inflação do período. A AESA entendeu que  
266 deveria lançar a proposta para os Comitês discutir e chegar a um denominador comum apoiar ou  
267 não, apoiar em parte ou pedir inclusão. A Proposta seria a seguinte: Valores Propostos com  
268 Aplicação da Variação do Índice INPC - art. 4º Serão Cobrados dos usuários pelo uso da água bruta  
269 os seguintes valores: I – R\$ 0,009 por metro cúbico, para irrigação e outros usos agropecuários; II  
270 – R\$ 0,009 por metro cúbico, para uso em piscicultura intensiva e carcinicultura; III – R\$ 0,021 por  
271 metro cúbico, para abastecimento público; IV – R\$ 0,021 por metro cúbico, par uso pelo setor do  
272 comércio; V – R\$ 0,021 por metro cúbico, para lançamento de esgotos e demais afluentes; VI – R\$  
273 0,027 por metro cúbico, para uso na indústria; VII – R\$ 0,009 por metro cúbico, para uso na  
274 agroindústria (alguns valores foram arredondados em função da aplicação de 3 casas decimais). O  
275 Litoral Sul entendeu de fazer uma oficina e pediu a redução de 1.500.000m<sup>3</sup> para 300. 000m<sup>3</sup> e vão  
276 fazer uma oficina para discutir o outro, O Litoral Norte ficou de marcar uma oficina para discussão  
277 dessa proposta. Cabe aos Comitês discutir e apresentar uma resposta a AESA. Finalizando a  
278 apresentação existe uma pergunta para que serve a água do São Francisco custa 0,31m<sup>3</sup> (zero trinta  
279 e um centavo) por metro cubico. Quando concluir o estudo sobre a cobrança que está sendo feito  
280 através do Banco Mundial, ainda será discutido com os Comitês, se algum segmento achar que está  
281 sendo prejudicado, pode propor sugestão e finalizou a apresentação e se colocou à disposição para  
282 as dúvidas. O **Sr. Alexandre Maciel Guerra (Japungu Agroindustrial LTDA)** disse que está  
283 ativamente participante disso, porque participa também de outro Comitê e já passou por essa  
284 discussão. Das pessoas que estão aqui nessa plenária quem paga essa conta são os usuários de água,  
285 a sociedade civil o segmento público não contribui com nada nessa conta e essa conta é um aumento  
286 de 90% na tarifa, pensem ou não, o **Sr. Alexandre** está neste Comitê desde a fundação. Esse  
287 primeiro valor foi arbitrado, não foi um valor estudado. A proposta quando o primeiro valor foi  
288 arbitrado foi instituído da seguinte forma: vamos aplicar essa tarifa e com três anos, vamos reavaliar  
289 se esse valor vai aumentar ou diminuir e nunca foi reavaliado. Nenhum produto agrícola aumentou  
290 90% ao longo desses anos, tem produto que se brincar está sendo vendido mais barato que a 15  
291 anos atrás. Hoje é apresentado uma proposta com aumento de valor sem base em estudo. O **Sr.**  
292 **Alexandre** propõe continuar como o Litoral Norte fez, formar uma Câmara Técnica para ser  
293 avaliada e convidar os usuários, que é quem pagam a conta, para estarem nesse Comitê, cada um  
294 expondo seus problemas, suas necessidades e mostrando quanto isso impacta no custo de produção,  
295 fala isso porque a empresa que representa é a segunda maior pagadora dessa tarifa, em primeiro  
296 lugar está a CAGEPA que não tem a mesma responsabilidade que a Japungu. Se aumentar esse  
297 valor a CAGEPA simplesmente vai repassar para o usuário. O produtor rural que é quem paga uma  
298 tarifa dessa, se incluir no seu custo de produção, causa impacto. A empresa Japungu paga por ano  
299 R\$ 300.000.00 (trezentos mil reais) de tarifa de água bruta, fora a renovação das outorgas, isso  
300 impacta no custo de produção. Chama atenção porque isso é impactante, inclusive as empresas  
301 privadas que pagam essa conta, tem responsabilidade social, ambiental e econômica na região, isso

302 é mais uma tarifa para prejudicar. Além do mais, até o momento não houve retorno de aplicação de  
303 recurso arrecadado para a bacia. O Sr. **Waldemir Fernandes Azevedo** disse que é público e notório  
304 que está sendo feito o plano de bacia do Litoral Norte e Litoral Sul que não tinham. Vai ser feito  
305 agora a revisão do Plano de bacia do Rio Paraíba, Já houve licitação para fazer o enquadramento  
306 dos corpos hídricos Estado da Paraíba, foi feito uma limpeza no Rio Paraíba de Acauã até Salgado  
307 de São Felix, com o dinheiro da cobrança e muitas outras ações se trabalha com a lei nº 9.433 e o  
308 primeiro instrumento dessa lei é o Plano de Bacia e uma das atribuições do Comitê de Bacia é  
309 acompanhar a execução do Plano de Bacia. Está sendo criado os instrumentos de gestão para que  
310 sejam realizados as ações e o Comitê de Bacias é quem vai dizer as prioridades e onde vai ser  
311 executadas as ações. O Sr. **Valdemir (Presidente)** agradeceu a apresentação do Sr. **Waldemir da**  
312 **AESA**, e disse que entende que houve uma evolução significativa nesses últimos anos e dentro  
313 dessa construção já falada tem muito detalhe para que se comece a andar, hoje algumas coisas foram  
314 surgindo, tem uma empresa contratada para fazer estudo de impacto; tem um grupo técnico que  
315 teve apenas uma reunião que o mesmo não pode participar e recebeu o relatório que tinha 140  
316 páginas, vai pedir mais prazo para poder trabalhar esse assunto; Outro ponto a ser colocado é quem  
317 é o maior poluidor do Rio Paraíba ou seja, quem lança mais dejetos no Rio. São as cidades e quanto  
318 elas vão pagar, zero, embora diga que tem que pagar. Então se tem que fechar um estudo que a  
319 cidade diz assim não trata paga esgoto vai pagar “X”, para que um dia se resolva essa questão,  
320 porque todas as pessoas são prejudicadas pelo esgoto jogado no rio, inclusive andar dentro do rio é  
321 o mesmo que pisar numa fossa. É preciso fazer com que o município pague ou resolva outra questão  
322 é a carcinicultura pega 50.000m<sup>3</sup> de água joga nos viveiros, tem uma evaporação e devolve a água  
323 tratada para o rio, e pergunta quanto ele tem que pagar. Então vai ser formada uma câmara técnica  
324 no comitê em caráter de urgência, este mês tem três reuniões ligadas ao Comitê de Bacia, se a  
325 assembleia concordar. Diante dessas colocações, propõe passar primeiro por essas discussões de  
326 itens elencados para poder discutir a proposta da AESA. A Convocação dessa reunião, hoje,  
327 aconteceu porque tem uma reunião do CERH marcada para o dia 27/09 e precisava de uma posição  
328 deste Comitê. Então o Comitê entende que é preciso uma discussão mais aprofundada do assunto  
329 para que se chegue a um acordo que não seja prejudicial a ninguém. Essa é a proposta e gostaria  
330 que a plenária se pronunciasse sobre o assunto. Não houve pronunciamento, a Proposta do Sr.  
331 **Valdemir (Presidente) foi aceita pela assembleia o mesmo agradeceu a todos.** O Sr. **Valdemir**  
332 **(Presidente)** referindo-se as empresas de energia solar que assumiram uma dívida ambiental que  
333 corresponde a parte desmatada deixando a parte de preservação. O Governo do Estado utilizando  
334 esse recurso que é uma coisa muito boa, que é o pagamento da dívida ambiental, contratou empresa,  
335 fez licitação tudo nos conformes e colocou pra fazer a reposição das matas ciliares com o nome de  
336 preservação de nascentes nas bacias. O Sr. **Valdemir (Presidente)** discordou porque o produtor  
337 rural foi excluído, ou seja, ele não é peça importante no processo, e o projeto não deu certo, porque  
338 esse produtor rural não foi ouvido. Resultado se está perdendo um recurso valioso por falta de  
339 discussão. Agradeceu a presença de todos e a discussão continua se alguém tiver sugestão pode  
340 encaminhar para meu e-mail, a **Sra. Roseane Batista da Cunha (Representante da FUNASA)**  
341 registrou que a FUNASA fez Planos de saneamentos básicos de 49 municipais da Paraíba que foram  
342 considerados os melhores planos municipais do Brasil, esse conteúdo serve de respaldo para ser  
343 utilizado porque tem informação dos 4 eixos, água, esgoto, resíduos e drenagem, foi feito escutando  
344 a zona rural e a zona urbana, porque a zona rural nunca foi ouvida, o recurso foi passando para a

345 UFCG, mas a FUNASA foi junto acompanhando porque tem o Termo o de Referência do Plano  
346 Municipal e esse Termo de Referência da FUNASA foi usado no Brasil inteiro esse termo  
347 acompanha o dinheiro que é repassado, **Geandre Alves de Castro** (São Domingos do Cariri)  
348 concorda com a proposta de Waldemir Pereira, de aguardar o resultado desse estudo e ao mesmo  
349 tempo, vê o lado do contribuinte porque vai ter um custo para ele. São Domingos do Cariri se não  
350 fosse a Prefeitura ter feito a rede de coleta de esgoto para tratamento através de fossas sépticas, nem  
351 a CAGEPA nem a FUNASA ajudou. Vale ressaltar que desde 2015 a Prefeitura recebeu uma carta  
352 através da FUNASA que estaria sendo contemplado para o tratamento de saneamento e esgoto e  
353 até o momento essa verba não chegou. Então cobrar do contribuinte, cobrar das prefeituras também,  
354 mas cobrar da CAGEPA e das instituições que sejam parceiros desse tratamento. O Sr. **Valdemir**  
355 **Azevedo Pereira (Presidente)** agradeceu a presença da FUNASA e da SUDEMA. Encerrou a  
356 reunião, mas ainda quer falar com o Sr. **Sergio Murilo Santos de Araújo** (UFCG) sobre a questão  
357 das fossas sépticas porque é interessante para a zona rural. O Sr. **Jose Agnaldo da Silva**  
358 **(Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Junco do Seridó)** fala sobre o Projeto  
359 de pagamento por serviços ambientais na bacia, O Sr. **Valdemir Pereira** disse que esse assunto  
360 tem sido muito discutido neste Comitê e constará da pauta da próxima reunião. O Sr. **Marcelo José**  
361 **Gama da Silva. (Representante do INSA)** disse que tem um problema sério aqui que é o semiárido  
362 e o INSA/MCTI estão desenvolvendo trabalho de reuso da água, onde deveria ser aplicada por  
363 unidade familiares e por comunidade, esse projeto de reuso de água está sendo patenteado e sugere  
364 colocar na pauta da próxima reunião uma apresentação do INSA sobre os trabalhos que estão sendo  
365 feito, inclusive essa reunião pode ser realizada no auditório do INSA. O Sr. **Valdemir Pereira**  
366 disse que já colocou para pauta, mas precisa conversar, antes dessa reunião. Foi falado que com  
367 certeza a cobrança pelo recurso natural “água” é importante porque dá o sinal que existe a  
368 necessidade de uma economia, as discussões sobre tarifas sociais (uns pode menos outros pode  
369 mais), mas talvez fosse interessante criar uns incentivos para quem conseguir fazer economia, quem  
370 consiga fazer açude, para quem consiga captar água de chuva e colocar no seu processo  
371 agroindústria por exemplo, forma de incentivo. É bom ficar alerta porque o clima ficou louco no  
372 mundo inteiro, no momento o Nordeste tem tido sorte, não se sabe o mal maior se seca ou enchentes,  
373 desde 2006 não se enfrenta uma seca maior, mas isso pode acontecer novamente, agora se vive um  
374 El Niño monstro, significa que vai ter água, mas na sequencia pode vir um La Niña. Nessa pauta  
375 de reservar água talvez seja interessante a possibilidade de construção de novos açudes e a  
376 manutenção das barragens já foi colaborador desse trabalho e um dos grandes trabalhos no Nordeste  
377 e acontecia muito na Paraíba era um desabamento em cascata, é bom ter um fiscal de barragem  
378 sempre perto do reservatório para ficar de olho e dá o alerta em tempo hábil para que se faça as  
379 devidas correções. Sobre os valores das tarifas, não sabe se vai aumentar a complexidade desses  
380 cálculos, mais algumas culturas demanda mais água para render menos reais, quanto custa em água  
381 para produzir um quilo de carne de boi, ou um quilo de carne de frango, isso também deveria ser  
382 contabilizado. A ciência agrária tem dados suficiente para isso. É preciso que o produtor seja bem  
383 remunerado, de certa forma tentar privilegiar culturas que consuma menos água. O Sr. **Valdemir**  
384 **Azevedo Pereira (Presidente)** disse que o pagamento por serviços ambientais já resolveria tudo  
385 isso. Nada mais havendo a tratar o Sr. **Valdemir Azevedo Pereira (Presidente)** encerrou a reunião  
386 e eu, Sr. **Talles Chateaubriand de Macêdo – 2º Secretário Geral do CBH-PB** lavrei a presente  
387 Ata que após lida e aprovada será anexada a lista dos membros presentes.



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA (CBH-PB)

1ª Reunião Extraordinária no ano de 2023

DATA: 13/09/2023 | 09h00 | LOCAL: Auditório do Centro de Extensão José Farias Nóbrega | MUNICÍPIO: Campina Grande/PB

### LISTA DE PRESENÇA

Usuários de Água					
Nº	Vaga	Usuário de água	Representante	Assinatura	E-mail
1	Titular	Adelton Raulino Vicente da Silva	o mesmo		
2	Titular	Anderson Gonçalves Crocchia	o mesmo	<i>Anderson Crocchia</i>	<i>Anderson.crocchia@yale.com.br</i>
3	Titular	André Gustavo Jansen de Oliveira	o mesmo	<i>André Jansen</i>	
	Suplente	Jocemar Paulo da Silva Junior	o mesmo		
4	Titular	Artêmio Carlos de Almeida	o mesmo		
5	Titular	Aquicultura Santa Maria	Gabriel Dantas Vilar	<i>Gabriel Dantas Vilar</i>	
6	Titular	Borba e Café Aquicultura Ltda	Leonardo Costa Barros Café		
7	Titular	Cia Uirua São João	Fabiana Dunato Soares Lisboa		
8	Titular	Cleivaldo Antônio Araújo	o mesmo		
9	Titular	Companhia de Águas e Esgotos da Paraíba - CAGEPA	Lucílio José dos Santos Vieira		
10	Titular	Eduardo Carneiro Borba Filho	Eduardo Carneiro Borba Filho		
11	Titular	Ferreira e Marinho Aquicultura LTDA	Josefa Karina da Silva		

388

12	Titular	Hélio Oliveira Barbosa	o mesmo		
13	Titular	Japungí Agroindustrial LTDA	Alexandre Maciel Guerra	<i>Alexandre Maciel Guerra</i>	
14	Titular	Leandro Nunes Azevedo	o mesmo		
15	Titular	Leandro Ross Machado de Lima	o mesmo		
16	Titular	Leandro Bezerra da Silva	o mesmo	<i>Leandro B. da Silva</i>	
17	Titular	Mirri Alimentos e Bioenergia S/A	Gabriela Cristina Soares Rodrigues		
18	Titular	Rafael Erito Ribeiro Coutinho	o mesmo		
19	Titular	Real peccado	Alexandre Senoz de Abreu	<i>Alexandre Senoz de Abreu</i>	
20	Titular	Rivaldo Paulo de Souza	o mesmo		
21	Titular	União Criação de Camarões LTDA-NE	Pedro Gonçalves de Andrade Filho	<i>Pedro Gonçalves de Andrade Filho</i>	
22	Titular	Japungí Agroindustrial LTDA - Unidade Agroval	Ulysses Curvelo Cavalcanti	<i>Ulysses Curvelo Cavalcanti</i>	
23	Titular	Valdeir Azevedo Pereira	o mesmo	<i>Valdeir Azevedo Pereira</i>	
24	Titular	Wesley Juan Silva	o mesmo		

389



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA (CBH-PB)

1ª Reunião Extraordinária no ano de 2023

DATA: 13/09/2023 | 09h00 | LOCAL: Auditório do Centro de Extensão José Farias Nóbrega | MUNICIPIO: Campina Grande/PB

### LISTA DE PRESEÇA

Sociedade Civil					
Nº	Vaga	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail
1	Titular	Associação de Proteção Ambiental R Verde	Alfonso Silva Mourato		
2	Titular	Associação dos Carneiros da Paraíba	Alfonso Francisco dos Santos		
	Suplente	Conselho Regional de Engenharia e Agronomia da Paraíba - CREA/PB	Flávia Barbosa de Faria Junior		
3	Titular	Associação dos Engenheiros de Água Epitácio Pessoa	Cláudia Fernanda Costa Esteves		
	Suplente	Federação dos Indústrias do Favelão da Paraíba - FIEP	Francisco de Assis Percevalino Godinho		
4	Titular	Centro de Apoio, Promoção e Desenvolvimento da Agropecuária e Agricultura Familiar	Carlos Emmanuel Moreira da Silva	<i>Carlos Emmanuel M. da Silva</i>	<i>carlos.emmanuel@agrodia.com.br</i>
	Suplente	Instituto dos Trabalhadores Rurais de Campina	Eduardo Bernardo da Silva		
5	Titular	Centro de Conservação, Defesa Ambiental e Social - CEDAMIS	Marcelo Travençolo Gomes	<i>Marcelo Travençolo Gomes</i>	<i>cedamis.cad@cedam.org.br</i>
	Suplente	Centro Vida Verde	Yanagi Yvoneira Macedo		
6	Titular	Cooperativa de Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis - COTAMREC	Luiz Batista da Silva	<i>Luiz Batista da Silva</i>	<i>lbatista@cotamrec.com.br</i>
	Suplente	Associação Paraibana dos Amigos do Patrimônio - APAN	Luiza Maria de Melo Silva		
7	Titular	Federação de Agricultura e Pecuária da Paraíba - FAPESP	Tatiana Gomes de Farias	<i>Tatiana Gomes de Farias</i>	<i>joao@fapensp.com.br</i>
	Titular	Instituto Federal de Educação - IFPB	Paulo Tavares Mota Filho	<i>Paulo Tavares Mota Filho</i>	<i>pmota@ifpb.edu.br</i>
8	Suplente	Universidade Federal da Paraíba - UFPB	Tamara Alves Cordeiro	<i>Tamara Alves Cordeiro</i>	<i>tavcordeiro@dse.ufpb.br</i>
	Titular	Sindicato do Indústria de Fabricação do Alcool no Estado da Paraíba - SINDALCOOL	Daniel da Silva Marcol		
9	Suplente	Federação das Associações de Municípios da Paraíba - FAMUP	Temperança Normando Vitorino da Rocha		

390  
391



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA (CBH-PB)

1ª Reunião Extraordinária no ano de 2023

DATA: 13/09/2023 | 09h00 | LOCAL: Auditório do Centro de Extensão José Farias Nóbrega | MUNICIPIO: Campina Grande/PB

### LISTA DE PRESEÇA

Poder Público Federal					
Nº	Vaga	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail
1	Titular	Instituto Nacional de Saneamento - INSA	Marcelo José Gama da Silva	<i>Marcelo José Gama da Silva</i>	<i>marcelo.silva@insa.gov.br</i>
	Suplente	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS	Renato Roberto Fervariello de Azeite		
2	Titular	Fundação Nacional de Saúde - FUNASA	Rosaneir Batista da Cunha	<i>Rosaneir Batista da Cunha</i>	<i>rosaneirb@funasa.gov.br</i>
Poder Público Estadual					
Nº	Vaga	Instituição	Representante	Assinatura	E-mail
1	Titular	Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA	João Adalberto de Lima Filho	<i>João Adalberto de Lima Filho</i>	<i>joaoadalberto@aesapa.gov.br</i>
	Suplente	Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba - AESA	Francisco José de Brito Sousa	<i>Francisco José de Brito Sousa</i>	<i>franciscojbs@aesapa.gov.br</i>
2	Titular	Secretaria de Estado de Infraestrutura, dos Recursos Hídricos e do Meio Ambiente - SERRMA	Fúlvio Dias Souto	<i>Fúlvio Dias Souto</i>	<i>fulvio@serma.pb.gov.br</i>
	Titular	Superintendência de Administração do Meio Ambiente - SUEMA	Samara Galvão da Silva	<i>Samara Galvão da Silva</i>	<i>samara@serma.pb.gov.br</i>
3	Suplente	Secretaria de Estado da Saúde - SES	Silviane de Araújo L.M. Lima		
4	Titular	Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Agropecuária e da Pesca - SEDAP	Dereilson Lemos de Araújo		
	Suplente	Empresa Paraibana de Pesquisa, Extensão Rural e Regularização Fundiária - EMPAER	Alton Francisco dos Santos		
Poder Público Municipal					
Nº	Vaga	Municípios	Representante	Assinatura	E-mail
1	Titular	Prefeitura Municipal de Bogurinha	Kristiany Leão Cheves		

392  
393

394

10	Titular	Sindicato dos Produtivos Rurais de Campina Grande	Ida de Deus Rodrigues		
	Suplente	Sindicato dos Produtivos Rurais de Itabiana	Maria Emília de Sousa Ramos		
11	Titular	Sindicato dos Produtivos Rurais de Oliveira	Maria Isabel Borges de Oliveira	<i>Maria Isabel Borges de Oliveira</i>	
	Titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cotareí	Julio Gomes de Andrade		
	Suplente	Sindicato Rural de Iuzumbim	Marcelino Gonçalves Araujo		
12	Titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Terezina	Vânia Maria de Silva Costa		
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Salgueiro	Vânia Vitor Feller dos Santos		
13	Titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Cavaleiro	Genildo Mariana de Silva		
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Santa Caetula	João Vitor de Lira		
14	Titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de São Domingos do Cariri	Andrey Pereira Diniz		
15	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Eliseu de São Antônio	Anderson Galdino Pereira		
16	Titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Marizal	Rogério Barbosa de Silva		
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sertão de São José	Ima Agnaldo da Silva		
17	Titular	Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Rurais de Barra de Santana	Paulo Flávio Barros		
	Suplente	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião do Umbuzeiro	Julio Silva		
18	Titular	Universidade Federal de Campina Grande - UFCG	Sérgio Murilo Santos de Araújo	<i>Sérgio</i>	<i>sergiomurilo@ufcg.edu.br</i>

395

1	Suplente	Prefeitura Municipal de Riacho de Santo Antônio	Adilson Moraes de Farias		
2	Titular	Prefeitura Municipal de Cabaceiras	Paulo Sérgio de Silva Barros	<i>Paulo Sérgio de Silva Barros</i>	<i>psilva@pmsc.com.br</i>
	Suplente	Prefeitura Municipal de Itabiana	Ruan Bandeira Bernardo dos Santos		
3	Titular	Prefeitura Municipal de Cabedelo	Reina Tavares Esteves Ramalho		
	Suplente	Prefeitura Municipal de Serra de Santa Rosa	Ricardo Sandro Azevedo Vieira	<i>Ricardo Sandro Azevedo Vieira</i>	<i>ricardo@pmsr.com.br</i>
4	Titular	Prefeitura Municipal de Campina Grande	Cláudio Brandão Costa	<i>Cláudio Brandão Costa</i>	<i>claudio@pmsg.com.br</i>
	Suplente	Prefeitura Municipal de Sertão	João Romário Soares Brito		
5	Titular	Prefeitura Municipal de Caralhas	Rene Felício de Sousa		
	Suplente	Prefeitura Municipal de São João do Cariri	Antonio Narciso das Santos Rodrigues Barbosa		
6	Titular	Prefeitura Municipal de Cruz do Espírito Santo	Ira Cláudia Ferreira de Silva		
	Suplente	Prefeitura Municipal de Salgueiro	Fábio Junior dos Santos		
7	Titular	Prefeitura Municipal de Monteiro	Marcelino Aguiar de Souza Almeida	<i>Marcelino Aguiar de Souza Almeida</i>	<i>marcelino@pmm.com.br</i>
	Suplente	Prefeitura Municipal de São João do Tigre	Isidoro Távora de Queiroz		
8	Titular	Prefeitura Municipal de São Domingos do Cariri	Grandirio Alves de Castro	<i>Grandirio Alves de Castro</i>	<i>grandirio@pmsd.com.br</i>
	Suplente	Prefeitura Municipal de Serra de São Miguel	João Batista Filho		
9	Titular	Prefeitura Municipal de São José das Cordeiras	Paola Kellyly Silva Leite		
	Suplente	Prefeitura Municipal de Cabati	Rafael de Lima Araújo		
10	Titular	Prefeitura Municipal de São Sebastião do Umbuzeiro	João Diego de Souza Elvindo		
	Suplente	Prefeitura Municipal de Congo	Benedito Carlos Decolatto da Silva	<i>Benedito Carlos Decolatto da Silva</i>	<i>benedito@pmsc.com.br</i>
11	Titular	Prefeitura Municipal de Serra Branca	Tatiana Chateaubriand de Macêdo	<i>Tatiana Chateaubriand de Macêdo</i>	<i>tatiana@pmsb.com.br</i>
	Suplente	Prefeitura Municipal de Destorpe	Anelias Simões dos Santos		
12	Titular	Prefeitura Municipal de Taperoá	George Ciro Monteiro de Farias		

396



# COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA – CBH-PB

Instituído pelo Decreto Nº 27.560, de 04.09.2006 – D.O.E. PB, 05.09.2006.

Suplente	Prefeitura Municipal de Soledade	Raissa Borges Oliveira		
----------	----------------------------------	------------------------	--	--

397



## COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA (CBH-PB) 1ª Reunião Extraordinária no ano de 2023

DATA: 13/09/2023 | 09h00 | LOCAL: Auditório do Centro de Extensão José Farias Nóbrega | MUNICIPIO: Campina Grande/PB

### LISTA DE PRESENÇA

Outros participantes				
Nº	Nome	Instituição	Assinatura	E-mail
1	ALTON MENDES	AESA		alton@cesa.pb.gov.br
2	WALDIR AZEVEDO	AESA		waldir@cesa.pb.gov.br
3	ALINE ANDRADE	AESA		aline@cesa.pb.gov.br
4	Francieli S. Vinícius	AESA		francieli@cesa.pb.gov.br
5	Thaís	AESA		thais@cesa.pb.gov.br
6	Renata M. T. Moraes	AESA		renata@cesa.pb.gov.br
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				

398